

Governo baixará 'pacote' para zerar o déficit

BRASILIA — O Governo terá que baixar um novo pacote fiscal que garanta um aumento de Cr\$ 1,6 trilhão na arrecadação tributária federal no próximo ano, a fim de cumprir a meta de zerar o déficit do setor público em 1984.

Segundo revelou ontem uma importante fonte do Governo, que participou das negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o orçamento da União, já encaminhado ao Congresso nacional, só prevê a verba de Cr\$ 3,4 trilhões para transferência ao orçamento monetário.

Como o acordo com o FMI prevê uma transferência de Cr\$ 5 trilhões para o orçamento monetário, a diferença de Cr\$ 1,6 trilhão, terá que ser coberta com a receita proveniente dos impostos, que deverão ser apro-

vados no final deste ano, ou no início do próximo ano.

O Governo ainda não definiu como fará isso, mas o mais provável é o aumento de alíquotas de impostos já existentes, aumento das retenções na fonte, e coisas do gênero. A questão central é que a receita do orçamento da União prevista para 1984, algo em torno de Cr\$ 22 trilhões, não é suficiente para cobrir as transferências para o orçamento monetário e gerar recursos que possibilite zerar o déficit do setor público.

Outra surpresa reservada pelo acordo com o FMI quanto ao déficit do setor público. Segundo revelou ontem a mesma fonte governamental, o acordo prevê, na verdade, a obtenção de um pequeno superávit pelo setor público. Consolidado, esse superávit será de 0,3 por cento do

Produto Interno Bruto (PIB). Como o PIB estimado pelo Fundo Monetário Internacional para o Brasil, em 1984, é de Cr\$ 238,5 trilhões, esse superávit ficará em torno dos Cr\$ 800 bilhões.

A conta do déficit público será fechada da seguinte forma: a soma do orçamento da União e do orçamento monetário terá que gerar um superávit de 1,6 por cento do PIB (cerca de Cr\$ 3,8 trilhões); o orçamento das empresas estatais apresentará um déficit de 1,2 por cento do PIB (cerca de Cr\$ 2,8 trilhões); e os orçamentos dos Estados e Municípios apresentarão déficit de 0,1 por cento do PIB (cerca de Cr\$ 240 bilhões). Desta forma, haverá um superávit do setor público consolidado da ordem de 0,3 por cento do PIB (cerca de Cr\$ 800 bilhões).